A UTILIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE SUGESTÃO DE INTERVENÇÃO URBANA: um estudo no município de Caldas - MG

The use of social participation in the elaboration of urban intervention proposal: a study in the municipality of Caldas – MG

RIBEIRO, Marialva Mota
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas *campus* Poços de Caldas

FERNANDES NETO, Marcolino
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas *campus* Poços de Caldas

SOUZA, Fabiana Cristina de
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas *campus* Poços de Caldas

ALVES, Bruna Martins
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas *campus* Poços de Caldas

LESSA, Celso
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas *campus* Poços de Caldas

ALMEIDA, Douglas de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas *campus* Poços de Caldas

BRANQUINHO, Leandro
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas *campus* Poços de Caldas

VENÂNCIO, Diego
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas *campus* Poços de Caldas

Resumo: O presente artigo tem por finalidade apresentar uma sugestão de intervenção em um vazio urbano de propriedade pública localizado no município de Caldas - MG, considerando os princípios do Planejamento Urbano, Estatuto da Cidade e Promoção da Saúde. Para tal utilizou-se os tipos de pesquisa quantitativa, bibliográfica, documental e de campo, auxiliadas pelas técnicas de captação de dados, observação e formulário. Como resultado das pesquisas realizadas obteve-se, juntamente com a participação popular, a opção de edificar uma quadra poliesportiva, embora não única para a ocupação do vazio urbano em questão, possibilitando atribuir uma função social à propriedade pública e, assim, estimulando os laços afetivos entre a comunidade local e a cidade.

Palavras-chaves: Vazio Urbano; Planejamento Urbano; Participação social.

ISSN 1679-8902

Abstract: The purpose of this article is to present a proposal for intervention in a public emptiness of public property located in the municipality of Caldas, MG, considering the principles of Urban Planning, City Statute and Health Promotion. Quantitative, bibliographical, documentary and field studies were used, aided by observation and form data capture techniques. As result of the research carried out, together with popular participation, the option of building a multi-sport court was obtained, although not unique to the occupation of the urban emptiness in question, making it possible to attribute a social function to public property and, thus, stimulating the affective ties between the local community and the city.

Key-words: Urban Void Urban planning; Social participation.

1. INTRODUÇÃO

A temática central explorada neste trabalho, desenvolvido como atividade de extensão na disciplina de Planejamento e Gerenciamento das Construções do curso de Engenharia Civil da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas – *campus* Poços de Caldas, durante o 2º. Semestre de 2016, consiste na elaboração de uma sugestão de intervenção em um vazio urbano, de propriedade pública, situado no município de Caldas - MG.

Os vazios urbanos podem ser conceituados como “terrenos ou edifícios vacantes que contrastam com o tecido urbano pelas condições de uso e ocupação (sem ocupação, sem uso ou subutilizados) e por não beneficiarem a coletividade, isto é, por não cumprirem a sua função social” (BORDE, 2006, p.5). Destaca-se, entretanto, que este conceito apresenta variações e adaptações, conforme destacado ao longo deste trabalho.

O município de Caldas situa-se no interior do Estado de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil, com área de 711.414 km^2 e população aproximada, em 2016, de 14.464 habitantes (IBGE, 2016), e o objeto de estudo localiza-se na Rua Marciel do Lago, com área de 1620 m^2, sem benfeitorias.

O que é problematizado neste trabalho é a intervenção a ser realizada na área em questão, suas estratégias e implantações, além do impacto que esta gerará na população, visto que será realizada com a sua efetiva participação.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma sugestão de intervenção para o vazio urbano situado na Rua Marciel do Lago, no município de Caldas – MG, de acordo com o anseio de sua população.

ISSN 1679-8902

Embora o objeto de estudo deste trabalho seja observado somente no aspecto físico, englobam-se, também, os aspectos político, econômico e social relacionados à ele, visto que a inter-relação entre estes é fundamental para a ocupação do espaço urbano.

A seguir apresenta-se o referencial teórico no qual este trabalho é embasado, assim como a metodologia utilizada para a sua elaboração, as pesquisas realizadas e os seus resultados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente, identifica-se na literatura uma diversidade de termos e significados associados ao vazio urbano, ora relacionado às áreas não ocupadas, desocupadas ou subutilizadas, ora relacionado às edificações e estruturas que tiveram o uso e ocupação alterados pelo esvaziamento ou pelo final de sua vida útil. Isso acontece, de acordo com Portas (2000), devido a aparente ambiguidade da expressão, gerando a necessidade de se delimitar a utilização do termo.

A ambiguidade a que Portas (2000, p.1) se refere é explicada pelo fato de que "a terra pode não estar literalmente vazia, mas encontrar-se desvalorizada como potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios."

O termo vazio, por si só, dá sentido de ausência de funcionalidade ou proveito para a comunidade e município.

> *O vazio urbano passa a se constituir como um fenômeno significativo, e a despertar reflexões no campo do urbanismo, a partir da crise estrutural do processo produtivo de meados da década de 1970, que, em outros aspectos, contribuiu para o aumento do estoque de terrenos e edifícios industriais desfuncionalizados e para as dificuldades colocadas à sua refuncionalização (BORDE, 2006, p.6).*

Ele pode se localizar em qualquer área de um município, "circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores" (FERREIRA, 2008, p. 569), ou cidade, "complexo demográfico formado por importante concentração populacional não agrícola e dada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural" (FERREIRA, 2008, p. 234).

ISSN 1679-8902

Os vazios urbanos localizados nas áreas centrais de uma cidade são, em sua maioria, fenômeno associado às sociedades pós-industriais, relacionados ao esvaziamento, abandono ou decadência destas áreas. Já os localizados nas áreas periféricas geralmente são originados de processos de parcelamento de áreas e destinados à expansão urbana (MEDEIROS, 2007).

Souza (2010) identifica uma segunda ambiguidade em relação ao uso do termo "vazio urbano", visto que se o mesmo é conceituado com base no abandono ou decadência das áreas centrais das cidades, a condição de vazio destas áreas não estava relacionada ao vazio, mas sim à inexistência de uso.

A partir da década de 1990 surgiram vários estudos e reflexões teóricas, em diversos países, para se definir tipologias de vazios urbanos. Dentre os termos cunhados tem-se, de acordo com Bordes (2006), do inglês, *degraded áreas* (áreas degradadas), *vacant land* (terras devolutas), *derelict lands* (terrenos abandonados); do francês, *terrains désaffectés* (terrenos em desuso), *terrains délaissés* (terrenos negligenciados), *vides urbains* (vazios urbanos), entre outros, não se obtendo uma visão e conceito unânime.

A ideia generalista de que os vazios urbanos são espaços ausentes de edificações (MORGADO, 2005; SOUSA, 2010) tem se alterada para espaços que apresentam fragilidade urbana por estarem passando, ou não, por um processo de esvaziamento, podendo se constituir em um vazio urbano (BORDE, 2016).

Ressalta-se, entretanto, que uma área que passa por um processo de esvaziamento não deve ser qualificada como vazio urbano, seja por desocupação ou por temporário desuso, a fim de não rotular antecipadamente a função social da mesma.

Neste contexto, o parágrafo 2º. do artigo 182 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) determina que "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor." Para regulamentar os artigos 182 e 183 desta Carta Magna, surgiu em 2001 o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), estabelecendo "normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.", (Artigo 10º, parágrafo único), dando, também, diretrizes para a utilização dos vazios urbanos e para a "ordenação e controle do uso

ISSN 1679-8902

do solo, de forma a evitar [...] a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização" (Artigo 20º.).

Ainda sobre o conceito de "vazio urbano", para Janeiro (2009, p.7), eles são "bolsas vazias na cidade, áreas destituídas, ausentes, silenciosas, onde aquilo que lá acontecia já não acontece, ou onde nunca lá nada aconteceu."

Em sua maioria, as visões sobre vazio urbano apresentam uma abordagem negativa de espaços abandonados, subutilizados, degradados, desprovidos de uso, em ruínas, que representam perigo à população ou são inúteis às cidades. Entretanto, constata-se que em alguns conceitos e visões é possível identificar os vazios urbanos como espaços que configuram "uma oportunidade de mudança, que pode implicar novo uso, nova construção, ou pelo contrário, uma qualificação como espaço de memória ou espaço verde ou espaço de nova infra estruturação." (SOUSA, 2010, p.60), corroborando com a visão de Solá-Morales (2002) ao afirmar que os vazios são espaços de possibilidades, com potencial e memória urbana, e de Janeiro (2009, p. 7) ao enfatizar que "se podemos falar em vazios urbanos é porque, em contraponto, também podemos falar em cheios urbanos, espaços onde acontecem coisas, áreas que servem de cenário aos mais diversos acontecimentos e rituais." [...] "um lugar potencial a partir do qual se possa fazer Arquitectura e Cidade" (JANEIRO, 2009, p. 9).

O espaço urbano, tradicionalmente limitado ao espaço físico, tem encontrado outros aspectos necessários à sua efetiva função, tais como o político, econômico e social. Santana, Costa e Loureiro (2014, p. 369) destacam a necessidade de se associar ao espaço urbano "valores como qualidade de vida, bem estar e saúde."

"Saber interpretar, correlacionar e avaliar as características de um lugar [...] é de extrema importância, nomeadamente no que diz respeito à avaliação de impactos de políticas públicas que actuam sobre a cidade" (SANTANA, COSTA e LOUREIRO, 2014, 371).

Nos marcos jurídicos do Planejamento Urbano, Constituição Federal (BRASIL, 1988) e Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), e da Saúde, Lei n°8080 (BRASIL, 1990) e Política Nacional da Promoção da Saúde - PNPS (BRASIL, 2014), várias aspectos são convergentes, podendo ser considerados como princípios e

ISSN 1679-8902

diretrizes norteadores das ações do poder público, tais como saúde, lazer, trabalho, intersetorialidade e participação social.

Neste artigo destaca-se a participação social, considerada fundamental no planejamento urbano e destacada na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que ao definir o Brasil como um Estado Democrático de Direito estimula a participação social, que deve ser entendida como o exercício da cidadania em todos os aspectos, na busca da melhoria de sua qualidade de vida. De acordo com o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), em seu artigo 2º. "A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana" e destaca a importância da participação social nas decisões referentes ao planejamento urbano, fixando como diretriz da política urbana, no parágrafo II do artigo supracitado,

> *a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).*

A Lei n°8080 (BRASIL, 1990), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, destaca em seu artigo 3º que a saúde tem por "determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais", demandando da participação social para o planejamento e gestão de ações e serviços para tal.

Finalmente, a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2014), no Parágrafo IV do artigo 9º, destaca que a participação social "compreende a ampliação da representação e da inclusão de sujeitos na elaboração de políticas públicas e nas decisões relevantes que afetam a vida dos indivíduos, da comunidade e dos seus contextos"´, e a adota como princípio, "quando as intervenções consideram a visão de diferentes atores, grupos e coletivos na identificação de problemas e solução de necessidades, atuando como corresponsáveis no processo de planejamento, de execução e de avaliação das ações" (Parágrafo II do artigo 4º.).

ISSN 1679-8902

A participação social como direito do cidadão também é destacada como diretriz no Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019, instituído pela Lei Federal n°13249 (BRASIL, 2016), em seu artigo 4º.

Destaca-se, entretanto, que "O novo modelo de democracia participativa que se configura com a participação social privilegia a capacidade dos indivíduos e grupos sociais se organizarem coletivamente e influírem constitutivamente no Estado" (COSTA e VIEIRA, 2013, p. 238).

"O processo de participação é diverso e nem sempre retilíneo em relação aos avanços esperados, dependente das decisões e atitudes das instituições e de uma sociedade ativa e propositiva" (COSTA e VIEIRA, 2013, p. 245).

No contexto deste artigo, o conceito de participação social aproxima-se do de cidadania ativa, isto é, "aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, especialmente como criador de direitos para abrir novos espaços de participação política" (BENEVIDES, 1994 apud COSTA e VIEIRA, 2013, p. 245).

Sendo assim, contata-se a importância da participação social nas políticas públicas municipais, principalmente às relacionadas à ocupação e uso do solo urbano.

É nas cidades que o homem interage nas mais diversas formas, vive, convive, transforma, constrói, destrói, reconstrói, podendo "sentir amor, atração ou repulsa, desconforto, a chamada topofilia" (ROCHA, 2003, p.20).

As relações físicas e emocionais geradas entre o homem e o território geram resultados particulares e impactam diretamente na identidade do local e na qualidade de vida das pessoas que dele usufruem.

3. METODOLOGIA

Visando conhecer, analisar e aplicar o conteúdo da disciplina Planejamento e Gerenciamento das Construções, do curso de Engenharia Civil da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas – *campus* Poços de Caldas, e dos documentos norteadores do Planejamento Urbano e da Saúde no Brasil, Constituição Federal (BRASIL, 1988), Estatuto da cidade (BRASIL, 2001), Lei n°8080 (BRASIL, 1990), e Política Nacional da Promoção da Saúde – PNPS (BRASIL, 2014), para se elaborar uma fundamentação teórica e discutir sobre o

ISSN 1679-8902

tema abordado neste trabalho, realizou-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica. (MARTINS, 2013)

Completando a pesquisa bibliográfica, utilizou-se a pesquisa documental em documentos disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Caldas – MG, para que o objetivo deste trabalho fosse alcançado.

Quanto à abordagem, utilizou-se a pesquisa quantitativa, que se baseia na quantificação para coletar e tratar os dados obtidos. Nesse tipo de pesquisa utilizam-se técnicas estatísticas, para tornar o estudo mais imparcial, evitando a influência do pesquisador sobre os resultados (MASCARENHAS, 2012).

Quanto aos procedimentos, realizou-se pesquisa de campo (NIQUE e LADEIRA, 2014), por meio de observações dos locais possíveis de serem utilizados por objetos de estudo, possibilitando a identificação de uma área propícia para tal e a obtenção de dados, informações e registros fotográficos, e da aplicação de um formulário em uma amostra probabilística da população da cidade, a fim de obter informações sobre faixa etária, sexo, local de residência e sugestão para intervenção no local objeto de estudo.

O tamanho da amostra foi calculada utilizando uma calculadora eletrônica (SANTOS, 2016), considerando erro amostral de 5%, nível de confiança de 95%, população de 14.464 pessoas e valor máximo de 50%.

Para análise dos resultados, realizou-se tabulação dos dados obtidos utilizando *Microsoft Office Excel*, posteriormente transformados em gráficos, culminando na elaboração de uma maquete eletrônica, utilizando o programa *Google SkecthUp* versão 8, e de uma planta baixa, utilizando o programa *AutoCad* com a sugestão de intervenção escolhida pela população do município, que optou por qualificar a área estudada em ginásio poliesportivo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização deste trabalho escolheu-se uma área pública situada no município de Caldas, que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), possui a população estimada de 14.464 habitantes. O referido município surgiu em 27 de março de 1813, mas ainda hoje as atividades do campo correspondem por mais de um terço do Produto Interno Bruto - PIB. O

ISSN 1679-8902

município conta com indústrias de laticínios, fábricas de doces, farinha de milho, empresa de mineração e um comércio forte e diversificado.

O município não possui Plano Diretor, “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, 2001), por ter população inferior do exigido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), e tem como base o código de obras do município, as normas regulamentadoras da engenharia civil e as leis vigentes em âmbito municipal, estadual e federal.

Visando identificar uma sugestão de intervenção para um vazio urbano existente no município de Caldas, inicialmente se identificou na Prefeitura Municipal do município as áreas de propriedade pública que poderiam se caracterizar por vazio urbano, escolhendo dentre várias opções o terreno descrito e caracterizado a seguir, devido à facilidade de acesso aos dados e informações que o caracterizam; à sua localização, ao lado da principal via de acesso à cidade; às suas dimensões, que poderão viabilizar a implantação de várias sugestões de intervenção; ao número de pessoas que transitam no seu entorno diariamente (cerca de 7.000), assim como o acesso a estas para a realização da pesquisa de identificação de sugestões de intervenção.

O terreno escolhido para a realização deste trabalho apresenta em seu entorno uma escola municipal, que atende a população com ensino fundamental durante o período matutino e curso técnico e superior a distância no período noturno; uma escola estadual, que atende a população com ensino fundamental e médio; uma creche que atende crianças do bairro Santa Cruz; uma Estratégia de Saúde da Família - ESF, unidade de saúde, que faz parte do programa estratégia de saúde da família, com atendimento de clinico geral, ginecologista e dentista; uma unidade de saúde com atendimento de psicólogo, fisioterapia e nutricionista, além de um laboratório para exame; um campo de futebol gramado; uma quadra coberta; um pequeno parque com brinquedos para lazer; uma academia ao ar livre e uma delegacia de polícia civil. Destaca-se, entretanto, que na quadra existente não há arquibancadas e nem sanitários para os seus usuários, estando sem manutenção e sendo utilizada aos finais de semana por crianças e jovens que residem no entorno para a prática de atividades esportivas, e os equipamentos existentes no parque, situado ao lado da quadra, estão sem manutenção, apresentando riscos aos seus usuários, devido, principalmente, à ferrugem existente em cada um deles. Ambos

ISSN 1679-8902

são contornados por uma cerca de alambrado e o acesso é lvre, sem restrição e controle.

A Figura 1 apresenta fotografias do terreno em estudo sendo possível perceber que é uma área plana e bem cuidada. O referido terreno possui registro de imóveis – registro geral, ano 2008, livro 2, página 159: matrícula - 13542 (treze mil, quinhentos quarenta e dois); protocolo número - 42197 – Caldas MG, 24 de novembro de 2008; imóvel – um terreno urbano – desmembrado de maior porção, dividido e demarcado, situado na Rua Marciel do Lago, na cidade e comarca de Caldas, Minas Gerais, com área de 1620,00 m^2 e sem benfeitorias; proprietária – Prefeitura Municipal de Caldas, MG, inscrita no CNPJ sob número 18.625.129/0001-50, sediada na Praça Dr. Paulino Figueiredo, 55, centro, em Caldas, MG; e título aquisitivo – R.2, matrícula 7150, fls.21, livro 2-AM, constante da matrícula – 11894, fls.170, livro 2-BO, de registro.



(a) (b)

Figura 1: Fotografias da área de vazio urbano escolhida para a pesquisa
Fonte: Arquivo pessoal

O terreno escolhido apresenta 30,00 m de frente para a rua Marciel do Lago; 37,70 m aos fundos, confrontando com a área remanescente de propriedade da Prefeitura Municipal de Caldas; 49,70 m do lado direito, confrontando com a Prefeitura Municipal de Caldas; 49,10 m do lado direito, confrontando com a rua São Vicente de Paula; e área total de 1620 m^2, localiza-se no bairro Santa Cruz.

Após a obtenção das informações do terreno escolhido, aplicou-se um formulário em uma amostra probabilística da população, composta por 367 participantes, obtendo os dados e análises a seguir apresentados:

ISSN 1679-8902

- quanto ao sexo dos participantes da pesquisa, 48% (176) são do sexo feminino e 52% (191) do sexo masculino.
- quanto à faixa etária, 19,6% (72) têm de 16 a 25 anos; 19,6% (72) entre 26 a 35 anos; 23,7% (87) entre 36 a 45 anos; 18,8% (69) entre 46 a 56 anos e 18,3% (67) mais de 56 anos.
- quanto ao local de residência, 29,4% (108) não residem no entorno do vazio urbano e 70,6% (259) são residentes no entorno do mesmo.
- quanto à sugestão de intervenção para a área caracterizada por vazio urbano, 42,5% (156) das pessoas participantes da pesquisa sugeriram a construção de um ginásio poliesportivo. Outras sugestões também foram apresentadas: uma praça, 14,4% (53); uma nova Unidade Básica de Saúde, 8,7% (32); uma nova escola, 7,9% (29); uma nova creche, 7,6% (28); um espaço para entretenimento, 6,8% (25); casa de festa, 5,7% (21); e em menor escala uma rodoviária, 1,9% (7); casas residenciais, 1,6% (6); algo para trabalhar, 1,1% (4); horta comunitária, 0,8% (3); Fórum, 0,5% (2) e Igreja, 0,3% (1). (GRÁF. 1)

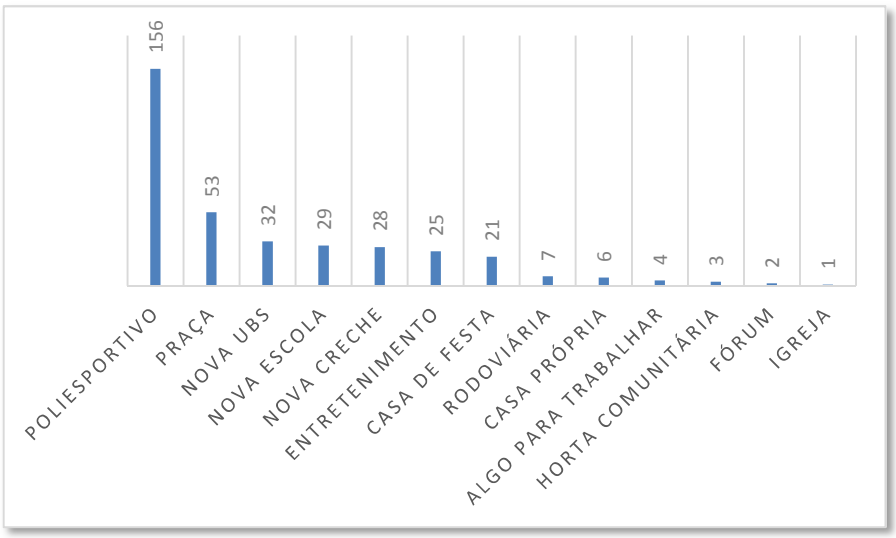

Gráfico um: Sugestões de intervenção para vazio urbano objeto de estudo
Fonte: a pesquisa (2016)

Como a sugestão de intervenção mais mencionada foi a de um ginásio poliesportivo, 42,5% (156), apresenta-se, a seguir, um estudo preliminar utilizando imagens de uma maquete eletrônica e de uma planta baixa.

ISSN 1679-8902

Na Figura 2 apresentam-se imagens da maquete eletrônica da sugestão do ginásio poliesportivo para a área objeto de estudo: (a) fachada; (b) quadra poliesportiva; (c) arquibancada; e (d) fachada posterior. Pode-se notar na Figura 2 que a fachada mostra os portões de entrada e saída que atendem as normas de segurança e o bom acesso ao ginásio; a quadra poliesportiva tem área total de 1620 m^2 a fim de possibilitar a prática de várias modalidades de esporte, sendo as principais: futebol de salão, vôlei, handebol e basquetebol; a arquibancada possui gradil de proteção, contempla espaço para cadeirantes e atende um número de aproximadamente 160 pessoas, além de possuir espaço para ampliação; a fachada posterior ou funda apresenta os vestiários masculino e feminino, para os atletas, um depósito para materiais esportivos, além de banheiros masculino, feminino e para pessoas com necessidades especiais para os demais usuários.

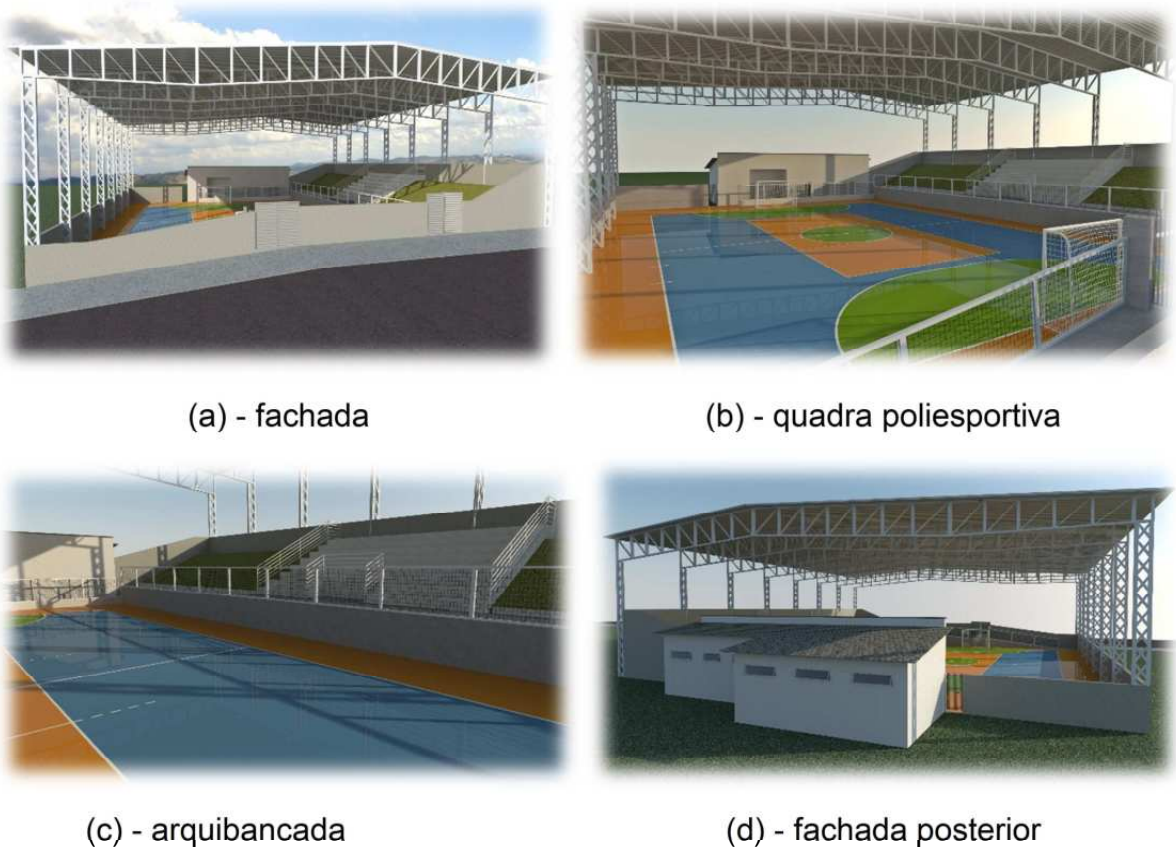

Figura 2: Maquete eletrônica da sugestão do ginásio poliesportivo para a área estudada
Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 3 apresenta uma planta baixa do ginásio poliesportivo para a área de vazio urbano estudada, de aproximadamente 1620 m^2, a fim de possibilitar a

ISSN 1679-8902

prática de várias modalidades esportivas e a realização de eventos, sejam eles públicos, empresariais, técnico-científicos ou sociais.

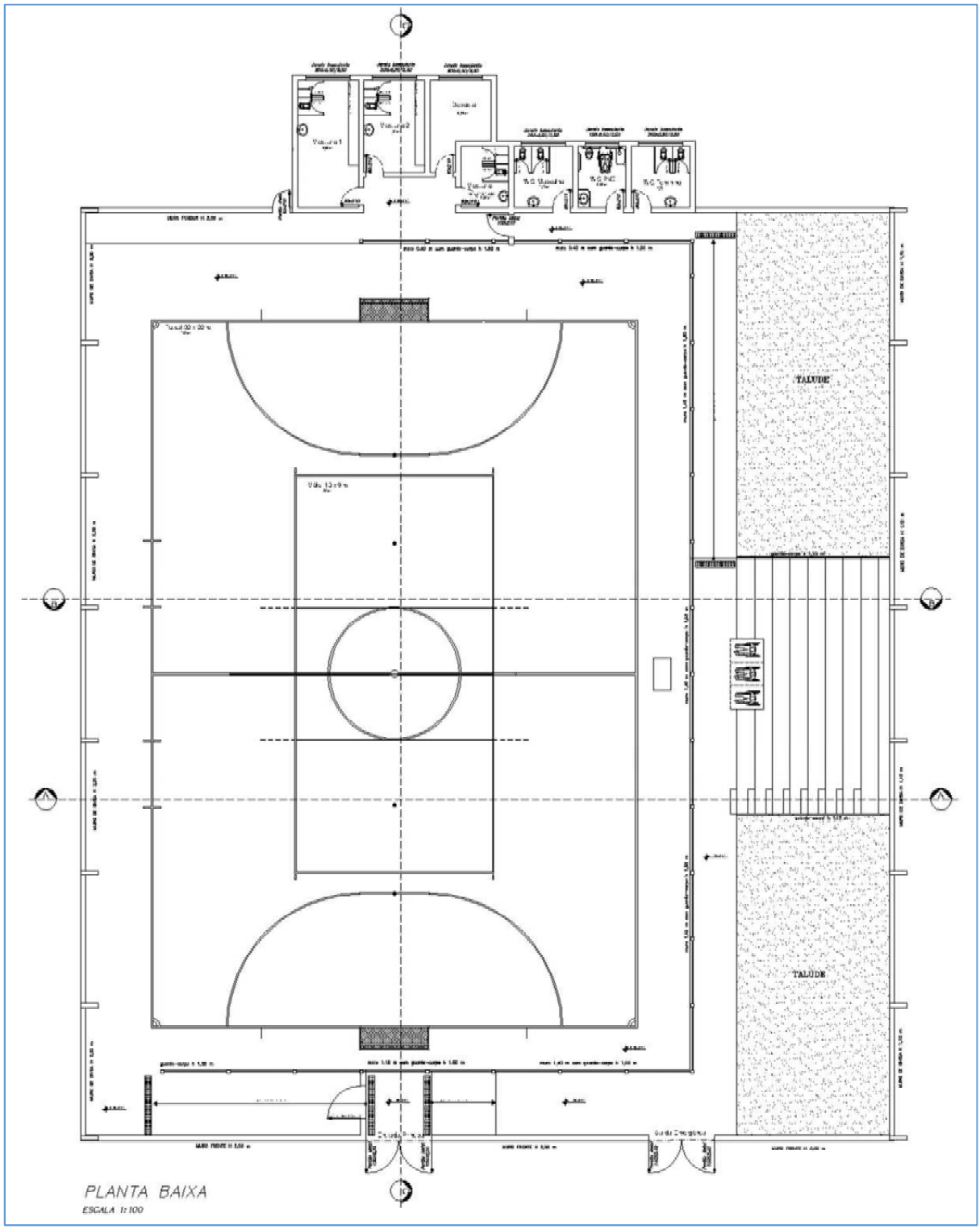

Figura 3: Planta baixa do ginásio poliesportivo para a área estudada
Fonte: Elaborado pelos autores

ISSN 1679-8902

Com a sugestão apresentada visa-se atribuir uma função social à área pública estudada, ocupando-a e utilizando-a de forma a promover ações saudáveis, estimulando os laços afetivos entre a comunidade local e a cidade (topofilia), conforme normas de segurança e acessibilidade. Ressalta-se, entretanto, a ausência de elementos técnicos que validem a sua eficiência, suscitando reflexões para o processo projetivo, principalmente por ser um possível equipamento urbano comunitário, cuja oferta pelo poder público, de acordo com os interesses e necessidades da população e das características locais, é destacada no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) como uma das diretrizes da Política Urbana.

A aplicação da sugestão de intervenção no vazio urbano estudado busca o apoio de parceiros interessados na sua implantação, tais como as Secretarias da Prefeitura do Município de Caldas e empreendedores que almejam investir em atividades que proporcionarão lazer, divertimento e melhoria da qualidade de vida da população local e de todos que do empreendimento usufruir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objetivo de elaborar uma sugestão de intervenção para um vazio urbano, de propriedade pública, situado no município de Caldas – MG, realizaram-se pesquisas bibliográficas, a fim de atribuir embasamento teórico ao trabalho, completada por pesquisa documental na Prefeitura Municipal deste município, visando identificar uma área para qual fosse possível iniciar um estudo preliminar para que o objetivo em questão fosse alcançado.

Após a escolha da área objeto de estudo, esta foi caracterizada por meio de documentos e registros fotográficos e o seu entorno foi analisado, destacando os instrumentos e equipamentos púbicos existentes, completando com a identificação da demanda para a intervenção por meio de consulta popular, participando da pesquisa uma amostra probabilística composta por 367 pessoas.

De acordo com os dados e informações captados junto à população, em nível de confiança de 95%, o desejo pela construção de um ginásio poliesportivo é de 43% +/- 5%, ou seja, no intervalo de (38,0% a 48,0%).

Ressalta-se, entretanto, que o desejo em questão se relaciona à insatisfação da população em relação aos equipamentos comunitários existentes no entorno da

ISSN 1679-8902

área estuda para a prática de atividades esportivas e realização de eventos públicos e comunitários. A quadra existente é aberta, não contendo fechamentos laterais, arquibancadas e sanitários e os equipamentos existentes no parque, localizado ao seu lado, estão sem manutenção e enferrujados. Tais fatos não impossibilitam a reforma e a manutenção ou a substituição, respectivamente, da estrutura e dos equipamentos existentes, visto que a população local anseia por um espaço público que lhe proporcione várias opções de uso, com igualdade e equidade, conforto e segurança. Tal afirmação é corroborada com os resultados da pesquisa de campo realizada, em que se identificou que 14,4% (53) dos participantes sugeriram a construção de uma praça, 6,8% (25) de um espaço para entretenimento e 5,7% (21) de uma casa de festa.

Além da demanda de intervenções no setor de lazer e entretenimento, identificaram-se, também, demandas para os setores de educação e saúde, em que 8,7% (32) sugeriram a construção de uma nova Unidade Básica de Saúde; e 7,9% (29) de uma nova escola e 7,6% (28) de uma nova creche. Em menor escala, identificou-se, também, a demanda por uma rodoviária, 1,9% (7); casas residenciais, 1,6% (6); algo para trabalhar, 1,1% (4); horta comunitária, 0,8% (3); Fórum, 0,5% (2) e Igreja, 0,3% (1). Constatam-se, então, nos resultados da pesquisa os fatores condicionantes e determinantes da saúde, conforme mencionado na Lei n°8080 (BRASIL, 1990).

Além disso, durante a realização da pesquisa descrita neste artigo identificou-se o interesse de seus participantes nas políticas públicas do município, principalmente nas referentes ao uso e ocupação do solo, e a importância da participação social na elaboração de sugestão de intervenção para um vazio urbano. Destaca-se, entretanto, que a participação social não pode ser vista como algo pontual e isolado, mas como um processo que demanda educação política e formação cívica.

Finalizando, ressalta-se que o estudo dos documentos norteadores do Planejamento Urbano e da Saúde apresentados neste artigo possibilitaram a constatação de que, conforme destacado no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), para as cidades cumprirem as suas funções sociais, visando à qualidade de vida de seus cidadãos, o acesso ao lazer, trabalho, moradia e saúde devem ser garantidos

ISSN 1679-8902

por meio da participação social efetiva, possibilitando com que eles se sintam parte da cidade.

Neste sentido, os dirigentes do município poderão tomar decisões que possibilitem à área estudada cumprir a sua função social, com participação social efetiva, buscando soluções de inclusão e autonomia, respeitando o anseio da população, em busca da qualidade de vida para todos.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. Cidadania e democracia. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v.33, p.5-16, 1994.

BORDE, A. L. P. **Vazios urbanos**: perspectivas contemporâneas. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, 2006. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2006/926737_6.PDF> Acesso em: 23 jan. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Estatuto da Cidade - Lei n. 10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 13 dez. 2014.

BRASIL. Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 13 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Lei n°13.249, de 13 de Janeiro de 2016. **Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 de Janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13249.htm> Acesso em: 24 Jan. 2017.

COSTA, A. M., VIEIRA, N. A. Participação e controle social em saúde. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção**

ISSN 1679-8902

estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. pp. 237-271.Disponível em: < http://books.scielo.org/id/98kjw/pdf/noronha-9788581100173-08.pdf> Acesso em: 08 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – Cidades. Minas Gerais. **Caldas**. Informações completas. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=311030&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas> Acesso em: 23 dez. 2016.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 7 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

JANEIRO, Pedro António Alexandre - **{Cheios inúteis}:** a imagem do vazio na cidade. Artitextos. Lisboa : CEFA ; CIAUD. ISBN 978-972-9346-12-5. N.º 8 (2009), p. 181-193.
Disponível em:
<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1488/1/Pedro%20Janeiro.pdf>
Acesso em: 24 jan. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2013.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2012.

MEDEIROS, A. E. A. **Brasília, o Museu, a Biblioteca e o vazio urbano***: elementos para reflexões.* Tese de doutorado. Universidade de Brasília. 2007.

MORGADO, S. **Protagonismo de la ausência, Interpretación urbanística de la formación metropolitana de Lisboa desde lo desocupado**. 2005. Tese (Doutorado) — Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori, Universidade Politécnica da Cataluña. Cataluña, 2005.

NIQUE, Walter; LADEIRA, Wagner. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação para o mercado brasileiro. São Paulo: Atlas, 2014.

PORTAS, N. **Do vazio ao cheio**. Caderno de urbanismo nº 2, vazios e planejamentos da cidade. [s.l]: SMU, 2000. Disponível em <cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc> Acesso em: 23 Jan. 2014.

ROCHA, L. B. **O centro da cidade de Itabuna**. Trajetória, Signos e Significados. Ed. UESC. Ilhéus, Ba. 2003. 190 p.

SANTANA, P., COSTA, C., LOUREIRO, A. Os sistemas de informação geográfica e o planejamento urbano saudável na Amadora. **Revista do Departamento de Geografia –** USP, Volume Especial Cartageo, 2014, p. 368 – 389. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rdg/article/download/85560/88349> Acesso em: 23 jan. 2017.

ISSN 1679-8902

SOLÁ-MORALES, I. de. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SOUSA, Claudia Azevedo de. **Do cheio para o vazio**: Metodologia e estratégia na avaliação de espaços urbanos obsoletos. 2010. 135f. Dissertação (mestrado em Arquitetura). Universidade Técnica de Lisboa. [s.n], 2010. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142195938/DO%20CHEIO%20PARA%20O%20VAZIO_versao%20final.pdf.> Acesso em 10 de setembro de 2016.

ISSN 1679-8902